

1 Ata nº 18/2022

2 Reunião Extraordinária de 20/10/2022

3 Ao vigésimo (20) dia do mês de outubro (10) de dois mil e vinte e dois (2022), às treze (13) horas e
4 trinta (30) minutos ocorreu a reunião extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social –
5 CMAS, a qual foi presidida pela presidenta Rosimeire Aparecida Bueno Jorge e encerrada por
6 Claudia Regonha Suster. Estiveram presentes os conselheiros e conselheiras: Nádia Fernanda
7 Cristofolletti de Moraes, Rosimeire Aparecida de Oliveira, Juney Micael Ulisses Dionísio, Ana Paula
8 de Gaspari, Roseli Novais Parisi, Helga de Souza Rentero, e a secretária-executiva Priscilla Fernanda
9 Rocha Gimenes. Participaram como convidados/ouvintes: Karina Pina Dobri representando a
10 Associação Formar de Assistência Social e Aprendizagem Profissional – FORMAR, Jacqueline C.
11 Spolidoro Alves, do setor de Informação, Monitoramento e Avaliação e Wander Viana dos Santos
12 do Núcleo de Apoio Administrativo – NAA, ambos representantes da Secretaria Municipal de
13 Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS, Jaqueline F. M. Cipriano representante do Centro
14 de Integração Empresa Escola – CIEE, Caroline Firmino, Jéssica da Silva Santos e Laís Oliveira Moraes
15 ambas alunas do curso de Psicologia da Faculdade Anhanguera. Justificaram ausência: Maria Luiza
16 Gomes Zolini, Anderson Bartko, Márcia Zuleika Pereira da Silva, Izaías Silva dos Santos e Mariana
17 Negri. A presidenta Rosimeire Jorge iniciou a reunião dando as boas vindas e agradecendo a
18 presença de todos(as) os(as) participantes. Em seguida, indicou as pautas do dia: I – Expediente: a)
19 Justificativas de ausências; II – Ordem do dia: A Ordem do dia foi alterada, organizando-se da
20 seguinte forma: a) “devolutiva sobre o Case Bem Viver”, apresentada pelo chefe do NAA da SMADS
21 Wander, que retomou o histórico envolvendo o prédio da unidade, que teve suas obras finalizadas
22 mas não pode ser inaugurado porque não contava com as divisórias das cabines dos sanitários.
23 Relata que foram realizadas duas chamadas para processo licitatório, que não receberam nenhum
24 interessado em executar o referido serviço. Somente no terceiro lançamento do edital para
25 licitação, uma empresa se inscreveu para executar esse e outro serviço. Relata que a Secretaria de
26 Obras poderia ter feito esse conserto, mas por razões que não sabia dizer, isso não aconteceu.
27 Frente a isso, a previsão é que a Unidade possa ser inaugurada, de fato, em dezembro do corrente
28 ano. Alguns conselheiros problematizaram a morosidade do processo e o técnico apresentou todas
29 as ações realizadas ao longo do último um ano e meio para justificar o que apresentou. Informou
30 também as mudanças ocorridas na Lei de licitações, o que tende a tornar esses processos ainda

31 mais lentos. b) Jacqueline Spolidoro, realizou a apresentação dos dados referentes ao Plano de
32 Ação Federal. Apontou, dentro de cada Proteção, Básica e Especial, as metas de atendimento de
33 cada Serviço, Programa e Benefícios financiadas com recursos federais e as previsões de ampliação
34 proposta pelo IMA para o ano que vem, considerando o aumento geral no número de indivíduos e
35 famílias atendidas. De acordo com ela, os valores dos repasses estão sem reajuste há alguns anos e
36 recorrentemente chegam aos municípios com atrasos, o que implica ao poder público local utilizar
37 seus próprios recursos para cobrir os pagamentos. A técnica Jacqueline informou que deixaria com
38 o Conselho as tabelas apresentadas, caso quiséssemos fazer alguma consulta posterior e lembrou
39 que o CMAS, se aprovadas as ações, precisará fazer uma resolução e informar a aprovação no site
40 da rede SUAS WEB. Foi aberta a votação e todos os conselheiros presentes aprovaram o Plano de
41 Ação do Governo Federal. Na sequência, foi realizada a c) Leitura da ata número 17/22, como havia
42 muitas correções, ficou definido que esta ata será reformulada e lida para aprovação na próxima
43 reunião do conselho. d) Devolutiva da Reunião sobre as Instituições de Longa Permanência para
44 Idosos – ILPIs; Rosimeire apresentou aos Conselheiros um relato sobre a reunião realizada com o
45 Ministério Público e que envolveu o CMAS, o CMI, a SMADS e a Vigilância Sanitária. Foram
46 apresentadas as novas denúncias recebidas pelos conselhos e as limitações técnicas destes órgãos
47 para apurar mais a fundo as situações. O promotor que acompanha denúncias envolvendo idosos,
48 senhor Luiz Sérgio Hülle Catani declarou ter conhecimento das denúncias e que as mesmas não são
49 recentes, devolvendo aos técnicos do poder público uma ação para resolver essas situações e
50 questionando a posição da procuradoria municipal acerca dos fatos. Rosimeire Jorge informou que
51 há um documento sendo produzido pela Procuradoria do Município resgatando o histórico da ILPI e
52 as intervenções já realizadas pelo município para tentar dirimir os problemas. Apesar de não ter
53 indicado caminhos que podem ser percorridos diante dessas denúncias, o promotor disse que dará
54 atenção ao caso. Diante disso, os conselheiros discutiram a possibilidade de uma conversa com a
55 Defensoria Pública para entender se há outros caminhos de acionar o Sistema Judiciário diante
56 dessas denúncias; e) Ofício Circular do Conselho Estadual de Assistência Social – CONSEAS sobre a
57 Conferência 2023 – diante das demais ordens do dia, optou-se por discutir sobre a conferência na
58 próxima reunião do CMAS, já para definir quem será da comissão de organização do evento; f)
59 Parecer sobre os pedidos de nova inscrição (Cantinho da Vovó Sonia e Gaia +); As conselheiras
60 Nádía e Ariane relataram sobre a visita realizada na ILPI Cantinho da Vovó Sônia e a boa impressão

61 que tiveram quanto aos cuidados prestados aos idosos e estrutura, de forma geral. A assistente
62 social da Organização foi quem as recebeu e apresentou os espaços, falou sobre a dinâmica do
63 trabalho e sobre o fato de estarem sem psicólogo, justificou que será retomada essa contratação.
64 Ela foi esclarecida que haviam alguns ajustes a serem realizados no plano de ação e que assim que
65 o caso passasse pela reunião do CMAS, teriam um retorno sobre a aprovação ou não da inscrição.
66 Frente ao que as conselheiras apresentaram e o parecer positivo mediante a visita, foi aberta a
67 votação e todos os conselheiros presentes aprovaram a nova inscrição, após a entrega do plano de
68 ação ajustado. Em relação ao parecer da comissão de políticas públicas sobre a inscrição da Gaia+,
69 foi apontado como questões centrais: o não atendimento a equipe mínima e metodológica do
70 SCFV, o atendimento psiquiátrico voltado a questões de saúde mental, bem como o enfoque ao
71 atendimento educacional. Diante deste contexto, a inscrição foi indeferida neste conselho. Por
72 último, a conselheira Claudia, que neste momento passou a presidir a reunião pela necessidade de
73 Rosimeire sair mais cedo, apresentou um g) Retorno da Comissão de Benefícios Eventuais. Claudia
74 fez um breve histórico sobre os trabalhos feitos pela comissão, a proposta de ordenar os benefícios
75 conforme prevê o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, ampliando aqueles que ainda não
76 existem no município, como auxílio-natalidade. Informou sobre o documento construído por
77 Jacqueline Barros, diretora da Proteção Social Básica – SMADS e integrante da comissão, na qual a
78 proposta inicial seria utilizar a verba que não foi utilizada para o Centro de Artes e Ofícios – CAOF
79 em 2022, reprogramada para o próximo ano destinada à compra de cestas básicas, considerando
80 que hoje, os dados iniciais dos Centro de Referência a Assistência Social – CRAS demonstram uma
81 média mensal de 1.500 famílias solicitando o benefício, mas apenas 1.016 assistidas, que é o
82 montante somado entre as 400 C.B. compradas com recursos da SMADS e o restante, inteirado
83 pelo Banco de Alimentos municipal. Com a verba do CAOF, seria possível garantir, para 2023, a
84 ampliação das cestas para começar a executá-las como benefício eventual dentro do Serviço de
85 Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, com a perspectiva de que até 2024, as ações de
86 segurança alimentar se estruturam e o benefício eventual da assistência, em cesta, se transforme
87 em um valor em pecúnia. Em 2023 seriam construídos os indicadores que nortearão a oferta do
88 benefício, considerando a realidade de Piracicaba. Recentemente a prefeitura fez um corte nesse
89 orçamento, retirando dele R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), fazendo com que a rota planejada
90 pela comissão não fosse mais possível para 2023. Diante disso, será agendada uma reunião com a

91 Secretária Municipal para saber como isso poderá ser equacionado, quais os planos da gestão para
92 a ampliação dos benefícios e sobre a criação das ações de segurança alimentar. A conselheira
93 acordou que quando a nova reunião fosse agendada, isso seria informado aos conselheiros. A vice
94 presidenta Claudia agradeceu a participação de todas e de todos, e às quinze horas (15) e trinta
95 (30) minutos encerrou a reunião. Eu, Claudia Regonha Suster, lavrei a presente ata que segue
96 assinada por mim e pela presidenta.

97

98 Claudia Regonha Suster

Rosimeire Aparecida Bueno Jorge

99 Vice-Presidenta

Presidenta